



Congresso analisa mais de mil vetos no dia 11 de maio

O presidente do Senado, José Sarney, informou na sexta-feira que Senado e Câmara reúnem-se no dia 11 de maio em sessão conjunta do Congresso para examinar vetos presidenciais. São mais de mil vetos, a maioria deles já sem validade, como os vetos relativos a leis orçamentárias.

Consta ainda da pauta a indicação de senadores e deputados que integrarão a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

– Precisamos concluir esse processo para o Brasil ter representação no Parlasul. Já está entendido com o presidente da Câmara realizarmos imediatamente essas indicações – afirmou Sarney.

O presidente do Senado também assinalou a aprovação dos textos das propostas relativas a nove temas discutidos pela Comissão de Reforma Política.

A previsão do senador é de que, nesta semana, sejam concluídos os trabalhos da comissão, com a votação dos textos sobre financiamento de campanhas e sistema proporcional.

Tranca a pauta MP que socorre produtor vítima de enchentes

Medida provisória, que já obstrui votações da sessão de amanhã, permite que BNDES empreste dinheiro, com juros subsidiados, a empresas e agricultores prejudicados



Antonio Cruz/ABr

Empresas e produtores rurais de cidades atingidas por desastres naturais e em situação de emergência ou calamidade poderão ser socorridos por empréstimos do BNDES, com juros mais baixos. É o que prevê medida provisória que tranca a pauta de votações do Senado amanhã. Na Câmara, o texto original foi alterado e o valor total elevado de R\$ 600 milhões para R\$ 1 bilhão. **3**

Águas do rio Mundaú invadem ruas no município de Murici (AL): socorro para recuperar economia

Senado modifica norma para viagens de servidores **2**

Renan critica peso da burocracia na vida das empresas **4**

CRA investiga variações no preço da carne bovina

CRA debateu atuação dos frigoríficos no mercado e descompasso entre os preços dos produtores e os do varejo. **3**

Convidados para o debate na CRA, com o senador Acir Gurgacz (ao fundo)

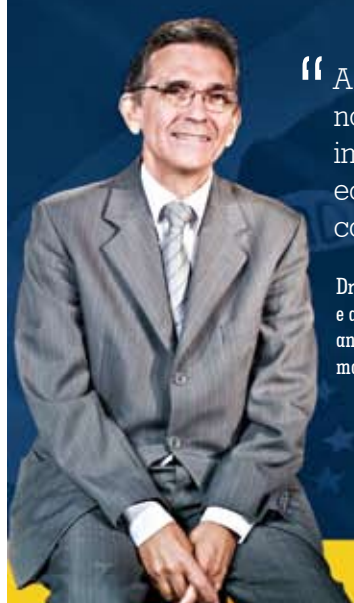


Gerardo Magela/Senado Federal

Mantega fala sobre cenário econômico

Ministro da Fazenda debate amanhã, às 10h, na CAE, as perspectivas econômicas para 2011. Também será indagado sobre ação do governo na troca de presidente da Vale. **3**

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história. Mudou para você, mudou para



“A licença-maternidade, no fundo, é parte importantíssima da educação infantil, começa aí.”

Dr. Dioclécio é pediatra e ajudou a elaborar o anteprojeto de lei da licença-maternidade.



“A licença-maternidade de 180 dias significa mais tranquilidade, mais tempo para ficar com o bebê.”

Maria Amélia é jornalista e foi fotografada na 40ª semana da gestação de Mariana.

180 dias de Licença-Maternidade

www.senado.gov.br/mudouparavoce2011

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.



Mudanças dizem respeito a viagens, movimentação de servidores e jornada de trabalho e têm como objetivo ampliar a transparência

Novas normas de pessoal vigoram a partir de maio

NOVAS NORMAS PARA viagens e movimentação de servidores do Senado foram publicadas no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal (BAP) de sexta-feira. O objetivo é dar mais transparência à Casa e ao trabalho dos funcionários.

As solicitações de viagens deverão ser formuladas pelas unidades administrativas com, no mínimo, dez dias de antecedência. Em caso de imprevisibilidade ou urgência justificadas pelo diretor da secretaria, esse prazo poderá ser menor.

Segundo o Ato da Diretoria-Geral 4.731/11, o servidor autorizado a viajar terá até cinco dias úteis após seu retorno

para apresentar um relatório, com especificações sobre o propósito da viagem e as atividades por ele desenvolvidas.

Já o Ato 5/11, do 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB), suspende temporariamente a movimentação de servidores de carreira da área administrativa para gabinetes de senadores, de lideranças, de comissões ou de membros da Comissão Diretora. Também fica proibida, por meio do Ato 6/11, da Primeira-Secretaria, a jornada de trabalho na modalidade corrida (seis horas) para servidores ocupantes de função comissionada ou de cargos em comissão, para os símbolos SF-1 a SF-3.

Nota sobre matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*

Com referência a matéria publicada na sexta-feira com destaque no jornal *O Estado de S. Paulo* (1ª página e página 4), sob o título "Senador que preside Conselho de Ética assinou atos secretos", a Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado Federal gostaria de mais uma vez esclarecer algumas informações imprecisas nela contidas:

1 Não foi *O Estado de S. Paulo* que revelou a existência dos chamados atos secretos. A revelação da existência de atos não publicados consta da página 8 do primeiro relatório da Fundação Getúlio Vargas, contratada

pelo Senado Federal, e divulgado à imprensa em 12 de maio de 2009, portanto, quase um mês antes da matéria publicada no referido jornal (datada de 10 de junho do mesmo ano).

2 Quanto à informação, contida na mesma matéria, de que, "durante o escândalo, José Sarney decidiu não anular as decisões aprovadas pela Mesa Diretora sob a alegação de que não tinha poder para isso", é simplesmente falsa. O repórter não teria incorrido em erro se tivesse lido as duas cartas dirigidas por esta secretaria a seu jornal (mas não publicadas), datadas dos dias 17 de agosto e 23 de outubro

de 2009, em que, entre outros esclarecimentos, reiterava a informação já divulgada à imprensa em 13 de julho de 2009, dando conta da anulação, pelo presidente do Senado, dos 663 atos não publicados.

3 Vale observar que dos 663 atos não publicados identificados, somente nove haviam sido assinados pelo senador José Sarney, dois como presidente da Casa, e outros sete em conjunto com a Mesa Diretora. Nenhum dos atos tratava de nomeação e exoneração de qualquer pessoa.

Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado



Mercosul deve ter mais membros, diz senador

Para Sarney, século 21 será da América do Sul

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu a ampliação do Mercosul, com a incorporação de outros países, em entrevista ao programa *Mercosul Especial 20 Anos* exibido no final de semana pela TV Senado. Para ele, a América do Sul poderá ter sua grande oportunidade ao longo do século 21.

– Dizem que este século será da China, da Índia. Mas não tenho dúvida que este será o século da América do Sul. Nossas riquezas minerais estão quase intocadas. E já atravessamos o gargalo político, que outras nações não atravessaram.

Sarney recordou sua ação conjunta com o então presidente argentino Raúl Alfonsín para a integração regional.

Sancionada lei para medicamentos do SUS

A inclusão de medicamentos e procedimentos terapêuticos entre os oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) passará a seguir novas regras ainda este ano. O objetivo é agilizar o acesso a tratamentos e reduzir as ações judiciais. Hoje, é comum que pacientes recorram à Justiça para obter medicamentos que não estão na lista do SUS, principalmente os de alto custo.

A mudança, introduzida por projeto de lei do Senado (PLS 338/07), foi sancionada na quinta-feira pela presidente Dilma Rousseff. A Lei 12.401/11 fixa prazo de 180 dias para a conclusão dos processos de incorporação de novos medicamentos, produtos e procedimentos na lista oferecida pelo SUS. O prazo é prorrogável por 90 dias. As novas regras entram em vigor em seis meses. A decisão sobre a inclusão ou não dos tratamentos será tomada pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

A presidente Dilma fez dois vetos, sendo um deles a artigo que obrigava o SUS a fornecer o tratamento ou remédio caso não fosse cumprido o prazo para a análise da comissão.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Homenagem ao Dia do Trabalho

11h O Plenário realiza sessão especial para homenagear o trabalhador. Às 14h, a sessão é não deliberativa, sem a votação de projetos.

CDH Inibidores de apetite

9h A Comissão de Direitos Humanos debate proposta da Anvisa de retirar do mercado os inibidores de apetite. Entre os convidados, o presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Jorge Guimarães.

Reforma Mudança na estrutura do Senado

15h30 A Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa ouve a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, sobre projeto que altera o regulamento administrativo da Casa.

CRE Atividades de inteligência

18h O terceiro painel sobre os rumos da política externa brasileira (2011-2012), na Comissão de Relações Exteriores, vai tratar da atividade de inteligência e das revoltas no mundo árabe.

Terça-feira

CDH Violência contra jornalista

9h A comissão ouve a ministra da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República, Helena Chagas, entre outros, sobre a prática de violência contra jornalistas.

CMA Fiscalização e controle

9h A Comissão de Meio Ambiente debate o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização e controle com o ministro do TCU Benjamin Zymler.

CAE Ministro da Fazenda

10h A Comissão de Assuntos Econômicos promove audiência pública para ouvir o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ele vai prestar informações sobre a economia e a empresa Vale.

CE Frequência escolar mínima

11h Na pauta, projeto que aumenta a frequência mínima exigida para aprovação na educação básica. Outra proposta proíbe dar nome de pessoas que exploram mão de obra escrava a monumentos públicos.

Congresso Representação Brasileira no Parlasul

19h O Congresso examina projeto que estabelece a composição da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, no Plenário da Câmara.

Quarta-feira

CCT Diretrizes e projetos para C&T

9h O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, falará sobre as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos dois anos, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

CDR Importância da logística

9h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo debate a importância da logística para o desenvolvimento regional com, entre outros, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

Reforma Financiamento público de campanhas

14h A Comissão de Reforma Política analisa projeto sobre financiamento público de campanhas e proposta de emenda à Constituição sobre sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas.

Quinta-feira

CI Sabatina de diretor da Antaq

9h A comissão sabatina Pedro Brito do Nascimento, indicado para a diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Analisa ainda propostas de realização de audiências públicas.

Plenário Aniversário da Casa

14h Sessão especial para comemorar os 185 anos de instalação do Senado Federal.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Roberto Requião

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Por meio da medida provisória, União subsidiou empréstimos a empresas e produtores rurais atingidos por enchentes em Alagoas e Pernambuco

Socorro a empresas e produtores tranca a pauta

Dnit auxilia estados até o fim de 2012

A MP 513/10 alterou o artigo 19 da Lei 11.314/06, que trata, entre outros assuntos, da reestruturação do sistema de transporte terrestre. Com essa mudança, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) fica autorizado, até 31 de dezembro de 2012, a usar recursos federais para executar obras e serviços de conservação, manutenção, recuperação, construção e elaboração de estudos e projetos de engenharia em estradas estaduais.

O Dnit fica também responsável pela fiscalização, regulação e operação desses trechos rodoviários, devendo fazer a cobrança pelo uso da faixa e ressarcimento pelos danos causados nos trechos transferidos.

A MP inclui ainda no sistema rodoviário federal as BRs 080 e 364. A BR-080 liga o Distrito Federal a municípios de Goiás e Mato Grosso, e a BR-364 vai de São Paulo ao Acre.

A PAUTA DE votações de amanhã está trancada por medida provisória (MP 513/10) que permitiu à União subsidiar com juros menores empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para empresas e produtores rurais de cidades atingidas por desastres naturais e abrangidas por decreto estadual de situação de emergência ou estado de calamidade pública. O texto original previa o subsídio somente para municípios de Alagoas e

Pernambuco, com recursos no valor de R\$ 600 milhões, mas os deputados estenderam o benefício para o Rio de Janeiro, acrescentando R\$ 400 milhões – o que totaliza R\$ 1 bilhão para socorrer as cidades atingidas. Os beneficiários poderão contratar os empréstimos até o dia 31 de dezembro de 2011.

Cédulas para o Haiti

Transformada em projeto de lei de conversão (PLV 9/11), a MP também autorizou o Fundo de

Compensação de Variações Salariais (FCVS) a assumir direitos e obrigações do seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Entre outros assuntos tratados, autorizou ainda a Casa da Moeda do Brasil a doar 100 milhões de cédulas de gourdes – moeda local – ao Haiti. Caberá à Casa da Moeda fabricar as cédulas e providenciar seu transporte para aquele país, numa operação cuja despesa está estimada em no máximo R\$ 4,8 milhões.

Fundo assume a "herança" do extinto SFH

A MP também define que o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) pode assumir direitos e obrigações do seguro habitacional do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), extinto em 2010. A medida obriga o fundo a oferecer cobertura, nesses contratos, aos sinistros de morte e invalidez permanente, danos físicos aos imóveis e responsabilidade civil do construtor. A Caixa Econômica Federal será remunerada pela administração do fundo.

Na avaliação do governo, a MP protege os mutuários de 450 mil contratos de financiamentos que estavam na apólice do seguro do SFH. Atualmente, não há qualquer cobertura para esses contratos e o FCVS está sujeito a todo tipo de medida judicial.

A MP também autorizou o parcelamento de dívidas vencidas de bancos com o fundo até 26 de novembro de 2010.



O Plenário do Senado recebeu a MP na semana passada. Deputados incluíram atingidos por enchentes no Rio de Janeiro

Para Cristovam, é essencial buscar redução do consumo de energia

Lembrando os 25 anos do acidente nuclear de Chernobyl e o recente no Japão, Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu que o debate sobre energia fosse além de fontes alternativas e incluisse redução do consumo. O senador disse que a energia nuclear parece limpa



Cristovam Buarque

e ideal, mas há o risco de danos à população e à terra. O caminho, segundo ele, seria implantar moratória no uso dessa fonte até que a engenharia garanta mais segurança às usinas. Enquanto isso, o país investiria mais em energia eólica e solar.

Valadares pede preservação das reservas hídricas subterrâneas

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) demonstrou preocupação com a conservação dos reservatórios hídricos subterrâneos, "importantes para o desenvolvimento econômico e social, sendo essenciais para garantir o suprimento urbano".



Valadares

O senador disse que os estudos que buscam detalhar os aquíferos subterrâneos devem ser tratados como prioridade. – O Brasil precisa traçar mecanismos para uma utilização sustentável desses recursos – disse.

Walter Pinheiro comemora lançamento do Pronatec

Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), que prevê treinamento de alunos do ensino médio, de profissionais reincidentes no uso do seguro-desemprego e de beneficiários



Walter Pinheiro

do Bolsa Família. O Pronatec também incluirá uma linha de crédito para empresas que desejem formar seus funcionários em escolas privadas habilitadas pelo MEC ou no Sistema S – que abrange serviços como o Senac e o Senai.

CRA debate aumento do preço da carne

O descompasso entre os preços cobrados pelos produtores de carne bovina e derivados e os praticados no varejo foi debatido na sexta-feira, em audiência pública, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença de representantes do setor produtivo, dos consumidores e do governo federal.

– Se os produtores reclamam do preço do boi gordo e os pequenos frigoríficos reclamam da falta de financiamento, os consumidores reclamam do preço final da carne no supermercado – disse o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da comissão.

O presidente Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Pessoa Salazar, afirmou que os preços da carne e derivados são arbitrados pela força do mercado. "É uma questão de oferta e procura. Nenhum produtor individualmente é

capaz de manipular os preços do mercado", disse o dirigente.

O assessor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Paulo Sérgio Mustefaga disse que, com a crise mundial, em 2008, houve queda nas exportações e menos produção, e os frigoríficos também sentiram "o tempo das vacas magras".

O procurador da República Luiz Augusto Santos Lima destacou a

importância do debate com a participação dos setores interessados. O MP "precisa saber quais são as reclamações e as possíveis soluções", disse. Também participou do debate a representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Marcela Campos Gomes Fernandes, e o gerente do Departamento de Agroindústria do BNDES, Celso de Jesus Júnior, entre outros.



Acir Gurgacz (C) preside audiência pública na Comissão de Agricultura

Mantega fala na CAE sobre cenário 2011 e a Vale

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, fala amanhã, a partir das 10h, aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a economia e o cenário esperado pelo governo para 2011. Mantega foi convidado para falar também sobre a "noticiada interferência política do governo federal na empresa Vale". A audiência atende a requerimentos apresentados pelos senadores Cyro Miranda (PSDB-GO) e Alvaro Dias (PSDB-PR).

A Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional também marcou reunião para amanhã, às 14h30.

CDH discute venda de inibidores de apetite

A proposta da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para retirar de circulação os medicamentos inibidores de apetite será tema de audiência pública hoje na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Para esclarecer o assunto, foram convidados os presidentes das sociedades brasileiras de Cardiologia, e de Endocrinologia e Metabologia, representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e da Escola Nacional de Saúde Pública, além do diretor do projeto Scout, do Laboratório Abbott, Cheryl Renz.

CI vota indicação para cargo de diretor da Antaq

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) analisa quinta-feira a indicação do economista Pedro Brito do Nascimento para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Pedro Brito foi ministro-chefe da Secretaria Nacional dos Portos da Presidência da República, desde a sua criação em maio de 2007 até o final do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

A comissão decide ainda sobre a realização de debates sobre a tarifa social de energia elétrica e sobre denúncias de irregularidades em obras na BR-101.



Falência do atendimento hospitalar público justifica medida, diz senador

Mozarildo pedirá intervenção em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou que vai pedir intervenção federal no governo de Roraima logo após conseguir juntar todos os documentos disponíveis contra o governador, José de Anchieta Júnior (PSDB).

O anúncio foi feito na sexta-feira, após o senador citar matéria do jornal *Folha de Boa Vista* sobre cancelamento de cirurgias eletivas no Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth, por prazo indeterminado, por falta de material.

– É uma atrocidade. Um caso de intervenção federal – afirmou. Faltam materiais essenciais para a realização dos procedimentos, como luvas, equipo de soro [mangueira que leva o soro para a veia do paciente], *scalp* [agulha de punção] e até mesmo seringas, assinalou.

Mozarildo lembrou que o atual governador está no cargo desde dezembro de 2007, quando, na condição de vice-governador, assumiu a pasta com a morte do titular, Ottomar de Sousa Pinto. O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima cassou, no início do ano, o mandato do governador, que permanece no cargo por meio de liminar. A Polícia Federal, em operação realizada há poucos dias, descobriu desvio de recursos da ordem de R\$ 30 milhões.

– O governo do atual governador é um descalabro em todas as áreas – afirmou.

Maçonaria

Mozarildo também salientou a comemoração dos 40 anos do Grande Oriente do Brasil no Distrito Federal. A Maçonaria foi instalada na capital em 21 de abril de 1971, informou. A data foi comemorada no Palácio Maçônico do DF, no último dia 19.

Mozarildo ressaltou que a Maçonaria em Brasília tem participado de fatos nacionais importantes, citando o abraço ao edifício-sede do Supremo Tribunal Federal (STF) para evitar que o DF sofresse intervenção federal e a participação ativa pela aprovação da Lei da Ficha Limpa. A Maçonaria, disse ainda, promove atividades filantrópicas e educativas e campanhas pela ética e pela cidadania.

Senador acredita que exigências legais estão na contramão das tendências dominantes nas relações comerciais e defende um Direito Comercial mais propício aos negócios

Renan quer estimular uso de documento eletrônico

UMA REFORMA NO Direito Comercial que estimule o uso de documento eletrônico pode ajudar o Brasil a melhorar o ambiente de negócios, o que é fundamental para atrair dinheiro, gerar renda e emprego e desenvolver o país. O ponto de vista foi defendido pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que citou como questões prejudiciais ao ambiente de negócios a burocracia excessiva e injustificada imposta às sociedades limitadas, que são 90% das registradas no país.

Os problemas começaram com o Código Civil aprovado em 2002, afirmou. Segundo Renan, exigências, previstas em lei, de assembleias anuais, de previsão de mandatos para os administradores e de deliberações sujeitas a quóruns diferenciados acabam representando, para as sociedades limitadas de pequeno e médio porte, inexplicável desperdício de dinheiro, tempo e energia.

Amarras

As sociedades limitadas “es-



Renan Calheiros sugere que Senado também discuta um novo Código Comercial

tão presas a verdadeiras amarras legais, totalmente inúteis, de cunho meramente formal”, disse o senador. Um exemplo, apontou, está na obrigação legal de manter toda a documentação empresarial em papel.

– São toneladas de papel que poderiam, perfeitamente, ser substituídas por arquivos eletrônicos, confiáveis, seguros, econômicos, limpos, inclusive do ponto de vista ambiental.

Para Renan, a exigência está

na contramão da tendência de vários países, em que contratos e títulos de dívida podem ser celebrados e documentados em arquivo eletrônico, dispensando-se o papel por completo.

A modernização do Código Comercial – que é de 1850 –, na opinião de Renan, pode integrar-se ao esforço do Senado de aperfeiçoamento de leis importantes como os códigos de Processo Civil e de Processo Penal.

Salários precisam acompanhar produtividade, afirma Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) citou o economista norte-americano Thomas Palley, na sexta-feira, para dizer que a desvinculação entre o salário dos trabalhadores e a produtividade é o maior problema do modelo neoliberal e uma das causas da crise econômica mundial.

Palley, disse o senador, demonstrou que os salários não cresceram no ritmo da produtividade, gerando inflação e desigualdade de rendimentos.

O economista, acentuou Requião, também atribuiu as seguidas crises do capitalismo nos últimos 30 anos à busca desenfreada do mercado financeiro por lucros.

– O que conta não é mais a produção, e sim o jogo alucinado das bolsas, as mirabolantes fórmulas da engenharia financeira, a busca sem limites ou racionalidade pelos lucros fartos e fáceis – assinalou.

Na opinião do senador, o Brasil pode criar um novo modelo que restaure o vínculo entre salário e produtividade, com ênfase no crescimento baseado na demanda interna. Para isso, Requião defende uma postura mais ativa do Senado.

– À medida que silenciemos, que não discutamos, à medida que esta Casa se omite na formulação da política econômica nacional, não opine sobre as



Para Requião, Brasil pode criar um modelo econômico mais justo

tantas decisões da Fazenda e do Banco Central, e à medida que a maioria só diga sim, as chances de mudança que a crise proporciona serão, desgraçadamente, perdidas – afirmou.

Aníbal apela por mais prazo para restos a pagar

Ao defender o recebimento, pelas prefeituras, dos recursos de restos a pagar dos orçamentos de 2007 a 2009 relativos a emendas parlamentares, o senador Aníbal Diniz (PT-AC) apelou ao governo na sexta-feira para que estenda o prazo fixado em decreto assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia de seu mandato.

O Decreto 7.418/10 prorrogou até 30 de abril deste ano a validade dos restos a pagar “não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009”. Em entrevista à Agência Senado, Aníbal Diniz afirmou que um novo adiamento se faz necessário para que as prefeituras “possam viabilizar as documentações exigidas e, assim, ficar aptas a



Senador também pede a suspensão de ação contra frigoríficos do Acre

receber os recursos”.

– Não houve, neste ano, nenhuma liberação em relação a essas emendas – observou.

Aníbal Diniz também leu

em Plenário nota da bancada federal de seu estado pedindo ao Ministério Público Federal no Acre, ao Ministério Público estadual e ao Ministério Público do Trabalho, a suspensão temporária de ação civil pública movida por esses órgãos contra frigoríficos acrianos que compraram carne de propriedades rurais embargadas por desmatamento ilegal.

Os parlamentares do Acre consideram “estratosférico” o valor de R\$ 2,03 bilhões das multas impostas aos frigoríficos pelo MP.

“Trata-se de uma medida extrema e de altíssimo impacto sobre nossa economia, que atinge diretamente o pequeno produtor e representa nada menos que 80% da produção pecuária do estado”, diz o documento.

Gurgacz confia no Incra para legalizar fronteira

Acir Gurgacz (PDT-RO) se disse satisfeito com a participação do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Celso Lisboa de Lacerda, no debate realizado, na quinta-feira, sobre a ratificação de títulos de terra na faixa de fronteira.

Apesar de milhares de processos do gênero se arrastarem há quase uma década, o representante de Rondônia – que preside a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) – afirmou acreditar no empenho da autarquia em resolver o problema.

Segundo informou, cerca de 143 milhões de hectares – o equivalente a 17% do território nacional – compõem a faixa de fronteira. Apresentam áreas nesses limites 570 municípios de 11 estados. Rondônia, por exemplo, tem 52% de sua área situada nessa faixa.

Gurgacz lembra que a ausência de regularização impede o acesso dos produtores ao crédito. Ele também considera que a aprovação da reforma do Código Florestal vai reforçar a segurança jurídica na exploração agrícola.

Pimentel elogia programa de ensino técnico

José Pimentel (PT-CE) destacou na sexta-feira que o país enfrenta o paradoxo de gerar empregos sem dispor de mão de obra qualificada. Para superar o problema, lembrou, o governo lançou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronec). A intenção é qualificar 8 milhões de jovens até 2014.

– Trata-se de esforço para que bons empregos fiquem com nossos filhos e nossas filhas e para que possamos cada vez mais aumentar o salário médio dos brasileiros – comentou.

Pescadores

O senador parabenizou o Ministério da Pesca e Aquicultura pelo lançamento do cadastro geral dos pescadores artesanais do país. O registro, disse, dará transparência e agilidade aos processos de concessão de benefícios, aposentadorias e pensões pela Previdência Social, evitando a ocorrência de fraudes.



País gera empregos e precisa de mão de obra qualificada, ressalta senador